

Resolução CMN 4.963 → Resolução CMN 5.272

O que muda nas regras de aplicação dos recursos dos RPPS

Da regra de limites à regra de governança

Por que importa

A 5.272 substitui a 4.963 e redesenha o regime de investimentos dos RPPS

MUDANÇA

Novo paradigma

Governança deixa de ser “boa prática” e passa a ser condição objetiva para acessar classes e tetos de investimento. O foco regulatório vira do onde se aplica para como se decide aplicar.

VIGÊNCIA

02 de fevereiro de 2026

Data em que a Resolução 5.272/2025 (publicada em 18/12/2025) entra em vigor e revoga a 4.963/2021. A política de investimentos 2026 deveria ser aprovada até 1º/02/2026.

PRAZO

DPIN 2026 até 30/04/2026

Portaria MPS nº 2.585/2025 prorrogou o envio do Demonstrativo da Política de Investimentos para adequação à 5.272. Desenquadramentos passivos: 2 anos para regularização.

TAKEAWAY · RPPS sem certificação Pró-Gestão (ou apenas Nível I) terão restrições severas; institutos com Nível II+ ganham acesso a portfólio mais amplo.

Escopo e aplicabilidade

A quem se aplica e o que está coberto em cada resolução



REVOGADA · Resolução CMN 4.963/2021	VIGENTE A PARTIR DE 02/02/2026 · Resolução CMN 5.272/2025
<p>UNIVERSO</p> <p>RPPS instituídos por União, Estados, DF e Municípios.</p> <p>OBJETO</p> <p>Aplicação dos recursos dos RPPS — limites e diretrizes prudenciais.</p> <p>VIGÊNCIA</p> <p>Publicada em 25/11/2021; vigente desde 03/01/2022.</p> <p>LÓGICA REGULATÓRIA</p> <p>Limites percentuais por classe; Pró-Gestão flexibiliza tetos.</p> <p>ACESSO A ATIVOS</p> <p>Classes liberadas; certificação eleva limites em pontos percentuais.</p>	<p>UNIVERSO</p> <p>Mantém o universo: RPPS de União, Estados, DF e Municípios.</p> <p>OBJETO</p> <p>Aprimora as diretrizes; revoga integralmente a 4.963.</p> <p>VIGÊNCIA</p> <p>Publicada em 18/12/2025; vigente em 02/02/2026.</p> <p>LÓGICA REGULATÓRIA</p> <p>Governança como condição objetiva: define classes e tetos permitidos.</p> <p>ACESSO A ATIVOS</p> <p>Sem Pró-Gestão ou Nível I → portfólio restrito; Nível II+ amplia.</p>

O escopo subjetivo (quem) é mantido. O que muda é a porta de entrada: governança certificada vira pré-requisito.

Comparativo dispositivo a dispositivo

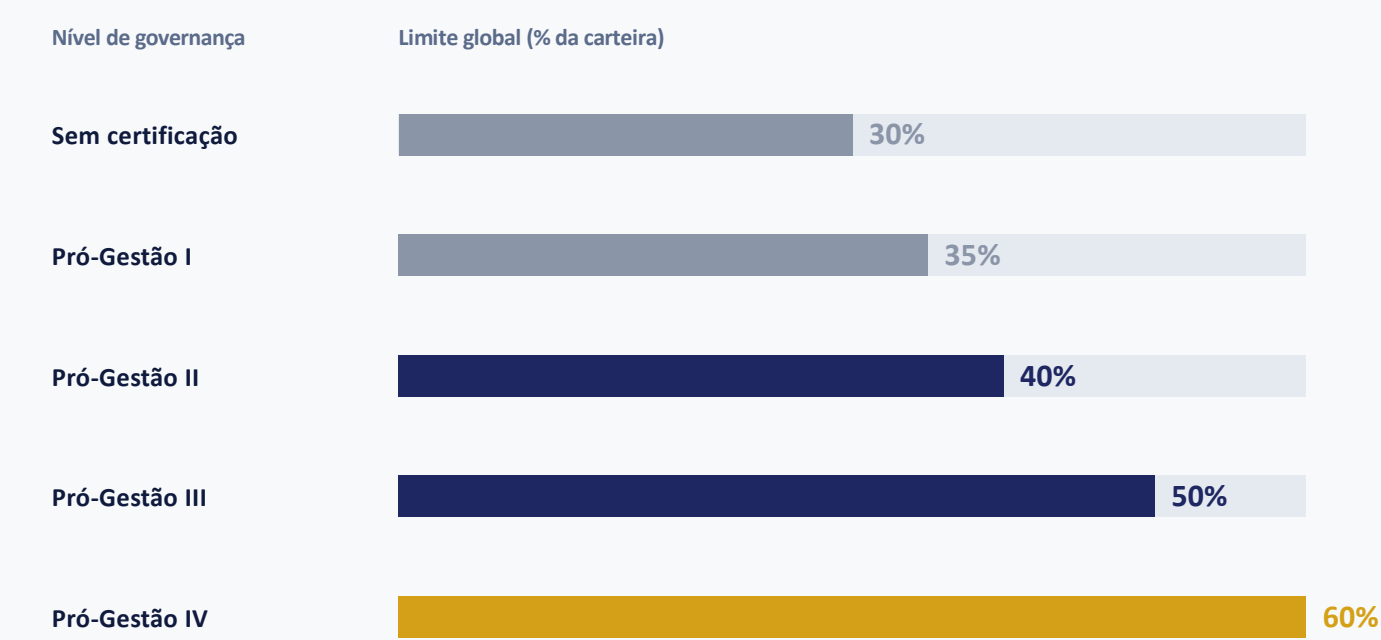
O que sai, o que entra e o que evolui

Dimensão	CMN 4.963/2021	CMN 5.272/2025
Filosofia	Limites percentuais por classe de ativo	Governança certificada como condição de acesso
Pró-Gestão	Eleva tetos por nível (mecanismo de flexibilização)	Define classes permitidas (mecanismo de gating)
Renda variável + estruturados + FII (limite global)	Até 30% (base); até 60% no Nível IV	Mantém estrutura; até 50% global e até 60% no Nível IV
Fundos imobiliários	Posição marginal dentro do limite global	Até 20% para níveis mais altos de certificação
Investimentos estruturados	Sem inclusão expressa do Fiagro	Inclui Fiagro entre os estruturados
Sustentabilidade / ASG	Não tratado como dimensão obrigatória	Riscos ASG passam a integrar a gestão de risco
Concentração em IFs	Tratamento mais permissivo	Limita concentração em ativos emitidos por instituições financeiras

 Regime anterior (4.963)  Regime novo (5.272) — destaques

Governança definindo o teto

Limite global de RV + estruturados + FII por nível Pró-Gestão



LEITURAS-CHAVE

Sem Pró-Gestão

RV/FII/estruturados ficam restritos; alocação predominantemente conservadora.

Nível II

Patamar mínimo prático para diversificar de forma relevante.

Nível IV

Acesso pleno: até 60% global e até 20% em FII.

Limites consolidados a partir das fontes oficiais e materiais técnicos públicos. Para enquadramento específico, consultar o texto integral da resolução.

Prazos e marcos

Linha do tempo regulatória da transição 4.963 → 5.272



ATENÇÃO · Janelas curtas. A política de investimentos 2026 deve ser aprovada antes da entrada em vigor da nova norma.

Plano de ação executivo

Cinco frentes para garantir conformidade e preservar oportunidades de alocação

01

Diagnóstico de aderência

Mapear o nível Pró-Gestão atual e a distância até o nível desejado (II → IV).

30 dias

02

Revisão da Política de Investimentos

Atualizar limites, vedações e critérios ASG. Aprovar versão 2026 antes de 02/02/2026.

Imediato

03

Inventário e plano de desenquadramento

Identificar posições incompatíveis com a 5.272 e cronograma de saída em até 24 meses.

60 dias

04

Governança e comitês

Formalizar atribuições, qualificação técnica do staff e cadastros de gestores e distribuidores.

90 dias

05

Trilha de certificação

Estruturar projeto Pró-Gestão com cronograma realista para subir de nível até 2027.

12 meses

Síntese

Três mensagens para levar deste comparativo

1

Governança como gating

Sob a 5.272, certificação Pró-Gestão deixa de ser bônus e passa a ser pré-requisito de acesso a classes e tetos.

2

Mais alternativas, sob mais regras

Maior espaço para RV, FII e estruturados (incl. Fiagro) — porém condicionado à governança e à integração de riscos ASG.

3

Janela curta de adequação

Política 2026 aprovada até 01/02; vigência em 02/02; DPIN até 30/04; desenquadramentos passivos em até 2 anos.

FONTES CONSULTADAS

- Resolução CMN nº 5.272, de 18/12/2025 — Banco Central / Ministério da Fazenda.
- Resolução CMN nº 4.963, de 25/11/2021 — texto consolidado.
- Notícia oficial: gov.br/fazenda — “CMN aprova resolução para aprimorar diretrizes de investimentos dos RPPS”.
- Cartilha TCE-SP sobre Resolução 5.272; alerta TCE-PR sobre vigência em 02/02; Portaria MPS nº 2.585/2025 (DPIN).

Material executivo · sujeito a atualização à medida que regulamentações infralegais forem publicadas.